

2º CONGRESSO DA CONATRAM  
7º CONGRESSO DA CONFETAM

**CONECTADOS  
E MOBILIZADOS**

**CONTRA A**

**REFORMA  
ADMINISTRATIVA**

*EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DE MAIS E MELHORES  
SERVIÇOS PÚBLICOS E DO(A)S SERVIDORES(A)S*



**TEXTO BASE  
CONTRIBUIÇÕES DA  
DIREÇÃO DA CONFETAM  
+ CORRENTES POLÍTICAS**

**CONFETAM**  
CONFEDERAÇÃO DOS(A)S TRABALHADORES(A)S NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

**CONATRAM**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS(A)S TRABALHADORES(A)S PÚBLICOS MUNICIPAIS

## APRESENTAÇÃO:

A Diretoria da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM/CUT) apresenta o texto base para o 7º Congresso da Confetam/CUT e o 2º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Públicos Municipais Conatram/CUT), que será realizado no período de 5 e 6 de março de 2021 e terão como tema “Conectados e mobilizados contra a Reforma Administrativa – Em defesa das políticas públicas, de mais e melhores serviços públicos, das servidoras e dos servidores”. Em função da pandemia, pela primeira vez na história da entidade, a nova direção será eleita virtualmente.

O texto base está estruturado numa sequência histórica pela qual se visita o passado na perspectiva de compreender o presente e apontar saídas para o futuro. Essa análise panorâmica tem um recorte linear, dinâmico e dialético, ao passo que se analisa as delimitações temporais marcadas pelas crises estruturais do sistema capitalista, sobretudo, tenta compreender os avanços e recuos da etapa neoliberal, explorando fatos determinantes, sejam eles de caráter nacional e/ou internacionalmente.

Nesse sentido, o ponto de partida é a Queda do Muro de Berlim, em 1989, que no Brasil possui uma simbologia dupla com o ano da vitória de Fernando Collor à Presidência da República e a derrota de Luís Inácio Lula da Silva. Inicia-se a primeira etapa da onda neoliberal brasileira, que ganha fôlego com Fernando Henrique Cardoso e seu plano de privatização do país por toda a década de 1990.

Em escala mundial, o atentado às torres gêmeas, nos EUA, em 2001, legitima uma guerra contra o terrorismo e licença para matar os povos árabes e muçulmanos. Em 2002, entra em cena a era progressista, sobretudo na América Latina e com a chegada de Lula ao poder, uma etapa de inclusão e ampliação de direitos deixa as medidas neoliberais em desuso. Nasce um novo período da história recente do Brasil e dos países latino-americanos governados com a conciliação de classes, distribuição de renda, Estado protecionista, crescimento econômico e fortalecimento do mercado interno brasileiro, onde ganha o trabalhador e ganha, também, o grande capital financeiro (os bancos). Esse modelo petista, lulista de governar não só perdurou por mais de uma década, como amorteceu os efeitos da grave crise econômica de 2008. A chamada “marolinha” retardou os desdobramentos da crise na economia brasileira e passou a ser sentida, efetivamente, já no governo Dilma Rousseff, quando a forte onda de 2011 e 2012 dava sinais de retomada da crise mundial.

Até que surge 2013 e o movimento das ruas de abril e junho começa a trincar o projeto de governar para todos. A partir de então, o neoliberalismo ressurgiu como “fênix” e chancela o seu apogeu com a destituição de Dilma Rousseff do poder, em 2016. A nova etapa neoliberal ascende no Brasil no formato de golpe jurídico, midiático e parlamentar, reconfigurando o Estado democrático de direitos, afrontando a democracia e preparando terreno para uma fase neoliberal ultraradical, conservadora e protofascista. A transição Temer/ Bolsonaro define o período de 2017 a 2019 como cenário completo de terra arrasada para a classe trabalhadora brasileira. Até que surge 2020 e se já não bastasse conviver com o pior governo da história, o pior mesmo ainda se desenhou por todo 2020 e adentrará de 2021.

A conjuntura a qual estávamos inseridos já era grave, agora com a crise sanitária, econômica, ambiental, social e política sim, porque estamos falando, sobretudo de Brasil, que dentre outras crises, tem a desigualdade e ingerência do governo Bolsonaro. A classe trabalhadora brasileira, os 14 milhões de desempregados e seus quase 3,6 milhões de desalentados sofrem na pele, cotidianamente, o peso dessas crises, que muitas delas poderiam ser amortecidas pelo governo federal.

No entanto, enquanto estamos levantando a bandeira de mais empregos, uma política para barrar o desemprego e que reinsira 17 milhões entre desempregados e desalentados, e, melhores condições de trabalho; o governo aplica o desmonte dos direitos trabalhistas, redução de rendimentos para quem está no mercado de trabalho e uma política econômica de abandono total da garantia e preservação dos empregos e circulação da economia. Enquanto estamos gritando para sermos ouvidos por mais investimento em educação pública de qualidade e fortalecimento do SUS e SUAS; o governo dá seguimento a uma Emenda Constitucional -95 que congela e retira investimentos das áreas sociais por 20 anos, e quer aprovar no Congresso Nacional uma PEC que desvincula o mínimo de recursos público para saúde e educação nos estados e municípios. Enquanto defendemos as riquezas naturais e nossas estatais, a democracia e Lula livre; o governo vende a toque de caixa a Petrobrás, Banco do Brasil, Correios e destrói nossa floresta para o agronegócio e as multinacionais, acelera a crise ambiental no planeta e ainda fragiliza a nossa democracia. Enquanto defendemos o direito de envelhecer com dignidade, o governo implementa uma reforma da previdência que dificulta e muitas vezes torna inacessível o direito à aposentadoria, e também, impacta na circulação da economia local, em diversos municípios brasileiros, quando restringe um benefício que é uma das principais fontes de rendimento municipal. Enquanto o mundo todo se volta para conter uma pandemia da Covid-19 e seus efeitos em diversos

fatores econômicos, sociais, e tantos outros; enquanto o mundo se volta para a chegada da vacina para toda a população de seus países, o Brasil precisa vencer o vírus do bolsanarismo, do negacionismo, do neofascismo, do genocídio que é este desgoverno que retira auxílio emergencial, faz descaso da vida da população, impossibilita vacina, veta profissionais de educação estarem em grupo prioritário de vacinação, proíbe gestores públicos fazer o que ele deveria fazer – facilitar, comprar vacina e imunizar toda a população brasileira. Estamos vivendo o tempo dos absurdos, “onde temos que defender o óbvio” – os serviços públicos, a vida, os servidores. Por trás dessa trilogia, existem pessoas – os serviços públicos são feitos de pessoas e para pessoas, a vida é um direito da pessoa humana, os servidores/trabalhadores e trabalhadoras são pessoas que prestam os serviços públicos para a sociedade brasileira. Um não existe sem o outro.

O desafio do momento é compreender a tarefa que está posta à classe trabalhadora brasileira, suas instituições como ferramentas de lutas e o papel que a realidade exige aos sujeitos históricos. Nesse processo, de armar a classe e traçar os inimigos, os servidores públicos são os inimigos traçados de um governo da morte. É imprescindível que essa leitura da realidade social, esse texto base, esse congresso sindical, essa entidade - Confetam/CUT- patrimônio dos servidores públicos municipais brasileiros - não tenha dúvida do seu papel na história. E que, assim posto, “as águas de março” possam levar uma pandemia, uma desigualdade social que traz à tona a volta da fome, do desemprego, da moradia e do desespero de milhões de famílias brasileiras. Que “as águas de março” possa levar embora Bolsonaro para bem longe e para um Tribunal Internacional em que possa ser julgado e criminalizado pelas mortes que tem cometido com sua política, além de omissa, na verdade é criminosa, genocida, desumana. “Que as águas de março tragam o verão” e as possibilidades concretas de Existência, Resistência, Transformação e Emancipação.

Bom Congresso a todas, todos e todes! Boas renovações de lutas!

Direção da Confetam/CUT

Março de 2021

# TEXTO BASE

## CONTRIBUIÇÕES DA DIREÇÃO DA CONFETAM

### Análise de Conjuntura

**“Precisamos vencer o sentimento de sermos tragados permanente pela conjuntura” (Vicente Flávio Belém Pinho)**

#### 1. Introdução

A análise de conjuntura não chega a resultados exatos. Não é uma conta que se calcula matematicamente e obtém um único resultado. Não se fotografa a realidade social. E até se fotografa mas não se consegue uma revelação que a reproduza com fidelidade canina. Analisar, neste caso, é um exercício de aproximação com seus fundamentos lógicos de base nas ciências humanas sempre se referindo à Política como o grande gênero das relações humanas objetivas e subjetivas de poder.

Isto nos obriga a utilização cuidadosa dos instrumentos próprios das ciências sociais, da história, do levantamento e análise de dados e da cultura política.

Faremos a incursão tradicional de análise de conjuntura nos seus fatos mais prementes e significativos e acresceremos alguma reflexão sobre a dinâmica de aspectos estruturais incidentes sobre a o curso de nossa realidade presente como condição mesmo para extrairmos ações mais consequentes para transformá-la.

Assim, o aprofundamento feito no texto não ocorre por mera digressão teórica mas pela necessidade imposta diante de uma crise política, ecológica, econômica e social para a qual, sendo grave e profunda, não pode ser compreendida e enfrentada com superficialismos. Não há respostas simples nem soluções imediatas. A paciência histórica é a postura recomendada para o acúmulo de problemas, retrocessos e desafios acumulados!

#### 2. Do fim da guerra fria tradicional às dinâmicas de uma guerra profunda!

Muitos bons analistas, diante das modificações rápidas, grandes e profundas por que passa o mundo usam a nomenclatura mais própria da geografia “mudança de era”. Isto significa

dizer que vivenciamos algo ainda mais profundo do que uma mudança de época. Há eventos radicais na economia (as finanças controlando o mundo), mudanças profundas no mundo do trabalho (a indústria definha e serviço uberizados crescem), na área científica as descobertas são novidades diárias (vivemos mais, não mais e melhor para todos), as redes sociais mexem com as relações humanas e certas religiosidades ganham inauditas centralidade e força política (no Brasil, especialmente avança o poder do neopentecostalismo em aliança com o bolsonarismo).

Esta transição histórica está em curso e é dolorosa (há uma duríssima disputa em aberto pela direção final a ser tomada e concluída) para a maior parte da humanidade vez que se rege sob o projeto do capitalismo atual – o Neoliberalismo.

Examinar parte dos fatos vivenciados na história recente é parte do trabalho indispensável para compreensão dos mesmos. 1989, 2001, 2002, 2008, 2011, 2013, 2016, 2018 e 2019 são ricos como registros históricos de crises e oportunidades. E temos de refletir sobre elas para extrairmos lições para iniciativas portadoras de um projeto das maiorias, da classe, dos trabalhadores. Estas datas combinam fatos da conjuntura internacional com a conjuntura nacional que se relacionam dramaticamente. É preciso revisitá-los. Este é o recorte necessário e possível para fins desta análise.

1989. Para nós brasileiros o ano de 1989 tem uma simbologia dupla: queda do Muro de Berlim e vitória de Collor. O mundo e o Brasil serão profundamente atingidos. A derrocada do socialismo real afetará mentes e corações que sonhavam que um outro mundo era possível e reforçará os adeptos de que a história teria fim com o estágio vigente do capitalismo. Para estes, era o fim da aventura humana como perspectiva histórica civilizacional. Inicia-se um novo ciclo de disputa mundial de poder, com iniciativas ousadas do lado dos adoradores do mercado.

Por sua vez, a primeira derrota presidencial de Lula entrará para a história como momento de grande vigor dos movimentos sociais que terão papel importante dos anos subsequentes sem que se mantenham em alta até o início do século seguinte. Ao contrário, movimento sindical e movimentos sociais declinarão frente às modificações no mundo do trabalho e suas dificuldades na atualização de suas táticas frente a momento histórico que lhes foi tão hostil.

Os anos 90 para nós brasileiros significaram, para além do episódio fugaz e danoso de Collor e da transição Itamar Franco, um duro período que começa com a adoção do Plano Real e prossegue com um agressivo processo de privatizações como marca registrada do período FHC. Praticamente todos os bancos estaduais foram vendidos, a Cia Vale do Rio Doce

(1997) entregue a preço de banana, a Telebrás (1998) também privatizada, os bancos públicos federais esvaziados e seu funcionalismo duramente perseguido o que se estendeu para todo o serviço público e ainda seria quebrado o monopólio estatal do petróleo. Foram anos onde a ideologia neoliberal nadou de braçadas com ações políticas e administrativas de Fernando Henrique apoiado por um leque de forças congressuais com destaque para o inesquecível Partido da Frente Liberal (PFL). A CUT e seus sindicatos construíram resistências e lutas que, no limite, educava a população no compreender das ações que esvaziavam o poder das políticas públicas de um estado voltado para os interesses das maiorias.

O neoliberalismo à brasileira produziu resultados econômicos ruins e danos sociais graves. Quando Lula assume em 2003, ele recebe um país em crise profunda: tensão no campo, inflação em alta, taxa de juros estratosférica e desemprego em massa.

2001 – O 11 de setembro deste ano foi marcado pelo ataque inédito às Torres Gêmeas (símbolo do capitalismo dos EUA). Em síntese esquemática : o episódio representou o choque do fundamentalismo religioso e o fundamentalismo econômico

O contexto internacional seria fortemente alterado. Os EUA ganham força e arrogam legitimidade para desencadear uma feroz ofensiva política como senhores do mundo e como defensores da democracia ameaçada pelos terroristas que precisariam sem caçados onde quer que se encontrasse. . O desdobramento disto veio na forma de invasões a países, assassinatos de líderes políticos, diminuição das liberdades no interior dos EUA, corrida armamentista, crescimento de rejeição a imigrantes e fortalecimento da política de que tudo que não é igual é potencialmente inimigo. O mundo seria outro a partir de 11 de setembro de 2001.

2002 a eleição de Lula– na sua quarta candidatura presidencial. Efetivamente os movimentos sociais e o movimento sindical não estavam em alta como em 1989. O programa de Lula se adequa à correlação de forças políticas e às novidades como a emergência política do neopentecostalismo visualizado nas figuras de Edir Macedo, Marcelo Crivella e Silas Malafaia que se aliam a Lula como se aliarão a todos outros próximos presidentes, com realce para o estreitamento e afinidade com Bolsonaro. A carta aos brasileiros e o vice presidente, o empresário José Alencar, sinalizam ao mercado e ao poder que as mudanças serão lentas, graduais e seguras. Outro caminho seria possível? Ainda hoje esta indagação se faz presente e as respostas a posteriori são diversas bem como a leitura do legado desta era.

Na verdade, seria Hugo Chavez o precursor das experiências que sucederam ao fracasso neoliberal por estas plagas. Experimentaríamos o sociodesenvolvimentismo em vários países, com diferentes nuances e algumas semelhanças nas figuras Evo Morales (Bolívia),

Cristina Kchirner (Argentina), Michele Bachelet (Chile). O conjunto destas experiências permitiria que Lula tomasse iniciativas ousadas no contexto internacional como a criação dos BRICS – marca estratégia de quem disputaria hegemonia mundial com inteligência e iniciativa; também alavancaria a Petrobras como tática de crescimento econômico; e, no plano interno, materializaria vitória significativa nas políticas de combate à pobreza, na geração de postos de trabalho, nas dinâmicas de fortalecimento institucional dos jovens, das mulheres, dos negros e da comunidade lgbt (espaços institucionais), na saúde e na educação.

Talvez com algum exagero se fale que o círculo virtuoso funcionou sim no Brasil, entre 2003 e 2013, período em que o Banco Mundial chamou de “década dourada” da economia tupiniquim. Foram criados 20 milhões de empregos formais, o desemprego baixou para 4,8%, próximo do pleno emprego. O salário mínimo se tornou digno, mesmo que insuficiente, puxando a elevação salarial como um todo. Um conjunto de processos redistributivos atingiu 13 milhões de famílias, cerca de 50 milhões de pessoas. Cerca de 15 milhões de brasileiros passaram a ter acesso à eletricidade, mudando radicalmente as suas condições de vida, e inclusive as condições de vida das crianças. A população universitária mais do que dobrou e abriu-se o acesso ao “andar de baixo”.

Sobre tal estado de iniciativas e feitos, Ladislau Dowbor comenta: “... e tudo isso gerou demanda, que gerou expansão produtiva, o que por sua vez manteve equilibrada as contas públicas. A grande farsa montada é que a generosidade com os eternamente excluídos do Brasil constituiu um populismo e quebrou as contas públicas. Chamar de populismo uma política que responde às necessidades da população é até curioso: governo é eleito para fazer o quê? E dizer que quebraram as contas públicas é simplesmente uma mentira: quando lançam a grande guerra contra o governo, em 2013, o governo apresenta um superávit de 1,4% (resultado primário) e um déficit total de 2,1% ao contarmos o dreno que constituem os recursos transferidos para os bancos. A Europa considera normal trabalhar com déficit de até 3%”.

São inegáveis as conquistas (dados de fontes oficiais) mas é preciso (mesmo a posteriori) reconhecer limites da experiência. Talvez o maior dos limites resida na relação ambígua com os movimentos sociais e com o movimento sindical. Verdade é que estes já vinham de uma cerca de crise de projetos mas a experiência de Lula presidente trouxe indecisão, quase paralisia e pouca clareza de como se postar diante de uma experiência capitaneada por quem surgiu do próprio movimento sindical. Nem o PT, nem os quadros governamentais, nem Lula e nem o movimento sindical se entenderam sobre qual o papel dos movimentos populares frente a um governo de grande composição política. Assim o movimento sindical foi pendular. Fez lutas de resistência, fez manifestações de apoio sem houvesse uma estratégia



clara de leitura e procedimentos nesta conjuntura de governos petistas. O quadro se acirrou mais ainda quando Dilma sucede Lula: o diálogo desaparece e, pior, as contradições no plano econômico no início do segundo governo desnorteariam os apoiadores em geral e, especialmente, a base sindical.

2008 - marcou uma crise mundial de grandes proporções que foi atacada com o socorro público aos bancos e banqueiros privados. Nunca o estado foi tão operante e agressivo para tão poucos: foram trilhões e trilhões de recursos aplicados não em políticas públicas mas em bancos que ainda hoje 2020 mandam no mundo e carecem de regulação.

2011 – lembramos como o eclodir da Primavera Árabe e o sonho da eclosão de revoltar populares em países autoritários. O desfecho, em grande parte, frustrou como no Egito que propiciou a ascensão da Irmandade Muçulmana. Aquilo que foi provavelmente ações espontâneas inaugurando o poder de mobilização das redes sociais teve intervenções estratégicas e sofisticadas dos operadores dos interesses do império e as consequências foram muito diversas país a país.

2013 – provavelmente a história ainda busca um consenso para registrar o que ocorreu nas ruas e praças brasileiras em junho de 2013: justamente quando se completava dez anos da experiência petista no governo federal!

As jornadas de junho deste ano se iniciaram com protestos contra o aumento das tarifas dos ônibus em São Paulo e a defesa da tarifa zero que seria duramente reprimida e a partir daí cresceria em intensidade, ampliação da pauta, hostilidade aos partidos e uma amplitude cada vez maior a se espalhar pelas principais cidades do país. Todos os poderes eram inicialmente deslegitimados e o movimento cresceu de uma forma surpreendente. A Rede Globo passou cobrir ininterruptamente e grupos de classe média, grupos conservadores passam, com o correr dos dias, em vez de continuar o processo de contestação geral, com apoio da mídia entre outros, passam a canalizar suas insatisfações contra o PT, contra Dilma e contra a corrupção.

Outra correlação de forças se estabelece no país, surgem movimentos de direita claramente financiados por recursos externos como o MBL que inclusive terá um braço no parlamento fazendo vereador e deputado federal em São Paulo. Este grupo terá presença destacada nos movimentos de hostilidade e protestos que contribuirão para o golpe fantasiado de impeachment contra Dilma Rousseff. Registre-se aqui : a direita toma ruas e praças antes só ocupada pela esquerda. Um outro país estava sendo gestado ali. A eleição de 2014 ainda seria ganha por Dilma, mas já com um sabor de derrota que seria maior no início de 2015 quando

a presidenta adota medidas na economia defendidas pelo perdedor e implementadas por Joaquim Levy.

2016 /2018 – Em mais de três anos de golpe e seis da Operação Lava Jato, foram destruídos ou estão em processo de desnacionalização os setores de construção civil, estaleiros, carne e derivados, energia elétrica, petróleo e indústria de aviação. A isso se soma a virtual implosão do Mercosul, da Unasul, a redução do papel do Brasil nos BRICS, uma hostilidade crescente em relação à Venezuela e a recusa a uma integração regional pautada pelo desenvolvimento como a desfigurada constituição cidadão de outubro de 88.

A contratação de empreiteiras estrangeiras, a encomenda de navios petroleiros e a venda de geradoras de energia para a China, a alienação a preço vil, de importantes blocos do Pré-Sal e a absorção da Embraer pela Boeing são diretrizes de uma política externa articulada contra interesses que não os nacionais.

Temer fez um serviço sujo, rápido e a nos custar muito caro, alterando profundamente a constituição brasileira, encolhendo o orçamento público, esfacelando a CLT e adotando a terceirização sem limites. Na deflagração e no prosseguimento do impeachment fica claro o interesse e atuação do grande capital internacional na consolidação do retrocesso que enfrentamos.

O objetivo maior dos usurpadores e golpistas é baixar o preço da força de trabalho. Esse é o centro da política interna e externa do golpe. A meta é tornar o Brasil atraente e barato para todo tipo de investimento, incluindo-se aí a privatização e a alienação de patrimônio público e bens naturais: privatizar tudo na defesa explícita de Paulo Guedes.

Em dois anos (2016/17) a extrema pobreza voltou a crescer 11,2% o que significou mais de 1,5 milhão de muito pobres, metade dos quais no Nordeste.

2019 – Com característica claras de fascismo (ainda sem massas mobilizadas ideologicamente) o governo Bolsonaro na continuidade radical do que já fizera Temer ataca o estado democrático de direito e agrava fortemente as áreas mais caras aos que mais precisam do estado : destaque-se uma clara piora na assistência social, na educação e no meio ambiente e expansão da informalidade. Não se pode dizer que o país vai bem e o povo vai mal como na época ditadura militar : o povo vai mal e o País vai mal! O principal amparo dos pobres, o Bolsa Família voltou a ter fila de espera para as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, cerca de 1 milhão de famílias. Mesmo nas regiões mais pobres o governo congelou o Bolsa Família. O Programa Minha Casa Minha Vida passou por uma situação de colapso: o número de imóveis entregues para as faixas mais pobres recuou em

57%. A incompetência administrativa faz com que milhares de segurados do INSS deixem de exercer seus legítimos direitos como o sagrado direito à aposentadoria.

Toda a estrutura de participação social no governo federal foi destruída. O movimento sindical que já vinha com dificuldades foi asfixiado financeiramente. Os meios de comunicação expressam (Globo) alguma crítica quando se trata dos temas de “gênero e costumes” e se aliam incondicionalmente para o ultraliberalíssimo de Paulo Guedes que implantou a Reforma da Previdência (com evidentes perdas dos trabalhadores no imediato e no futuro) e agora anuncia um plano de venda de cerca de 300 ativos passando pela Eletrobrás, Serpro, Dataprev e tantas outras.

A esquerda social, sindical e partidária ainda não encontrou a formulação e a força suficiente de se expressar nas redes sociais e nas ruas algo capaz de abalar o curso da destruição do estado democrático de direito, das políticas públicas, da educação pública com alguma qualidade e a construção de um estado autoritário.

Esta resposta do campo popular está em gestação ao mesmo tempo que a revolução conservadora vai fazendo estragos na sociedade. Urge que a resposta coletiva que ampare o povo, que fortaleça a democracia e amplie direitos para todos se torne força viva afinal é para isso que servem movimentos sociais, movimento sindical e partidos de esquerda.

### **3. O pano de fundo que nos envolve**

O correr destes fatos se dá sob o estágio civilizacional de um capitalismo em profundas mudanças (mudança de era), em aberto relativamente à direção e ao tempo, mas ainda sob o signo de um capitalismo mais parasitário do que dinâmico, excludente, produtor de riquezas e desigualdade e de um mundo que precisa ser analisado em seus fundamentos para termos uma condição de agir para além do voluntarismo. A reflexão que se segue tem este objetivo: de lançar luzes reflexivas e dados a serem dominados e assim serem instrumento de luta da classe trabalhadora. Não se perca entretanto o nome correto desta experiência dominante que é o Neoliberalismo em suas múltiplas fases e dimensões sendo a nomenclatura adequada para o capitalismo do século XXI reinante em quase todo o mundo. Conhecer seus traços gerais servem para compreender a dinâmica que lhe dá tanta força ideológica e que produz tanta miséria econômica e danos sociais. É o que se faça a seguir.

#### **3.1 Grandes Condicionamentos Econômicos, Políticos, Culturais e Religiosos (Condicionamentos Estruturais do Nosso Tempo Histórico)**

Economia, política, cultura e religião são coisas distintas mas não questões isoladas e muito menos estanques. A divisão textual que se segue tem apenas efeito didático para melhor compreensão e aprofundamento. Os grandes temas de nossa realidade mundial, nacional ou municipal estão todos sempre interligados e esta interpenetração e predominância de um ou outro dão um tom da política e da ideologia predominante em cada circunstância histórica. Destrinchar o jogo de interesses, o papel das corporações, a dinâmica da luta de classes é condição para entender a realidade no sentido de transformação no interesse das maiorias. Compreender esta dinâmica é buscar a leitura mais aproximada do curso da história ainda em curso. Novamente: esta é uma tentativa acurada e cuidadosa de aproximação para entendimento de nossas vidas.

Por fim, estamos falando e nos referindo sobre as grandes caracterizações do capitalismo atual como comentaremos a seguir para entendermos o tamanho do desafio – gigantesco – mas não impossível de enfrentarmos!

#### a. Globalização Neoliberal

Neoliberalismo é o nome do projeto atual do capitalismo. O projeto consiste na implementação radical do que se denomina Liberalismo Econômico. Segundo Oliveira (2019), "Esta corrente de teoria econômica é conhecida como a Escola de Chicago, que tem, contudo, seus fundamentos filosóficos nas teses da assim chamadas Escola Austríaca, cujo principal expoente é Ludwig von Mises (entre nós há o Instituto "Mises Brasil"). Teses básicas: o direito de propriedade é o único direito universal, fundamental e absoluto que começa com o direito absoluto do próprio corpo e inclui todos os bens que se possa adquirir. Deste direito se derivam o direito absoluto de não agressão à propriedade e o direito de defender a própria propriedade".

Remonta aos anos 1940 a tradução destas ideias em um projeto de sociedade com o objetivo fundamental de se contrapor às ideias e formulações arquitetadas para construção de um Estado de Bem Estar Social, no pós-guerra. O patrocinador teórico desta formulação é John Maynard Keynes que diante da grande crise mundial dos anos 1920 concebeu uma estratégia de salvação do capitalismo. Keynes defendeu que as crises capitalistas só seriam superadas pela intervenção estatal – em tudo diferente dos seguidores da Escola de Chicago. Não havia nele qualquer fundamento socialistas mas a percepção de que o Estado deveria financiar simultaneamente o capital e o trabalho.

As ideias neoliberais ficaram adormecidas por longo tempo e só voltariam efetivamente à cena política por ocasião da crise dos anos 1970. Todos lembramos do famigerado "Consenso

de Washington" e suas prescrições: desregulamentações em massa, diminuição do tamanho e papel do estado e privatizações.

As figuras públicas sempre destacadas são Ronald Reagan (EUA) e Margaret Thatcher (Alemanha) e se esquece, por vezes, o pioneirismo chileno na figura execrável de Augusto Pinochet. Ironicamente é o no Chile atualmente onde se mostra hoje mais visível o fracasso do projeto neoliberal: ficaram explícitas as chagas terríveis do liberalismo extremo praticado naquele país a ponto de os protestos sociais massivos levarem a convocação de uma nova constituinte: não é pouca coisa para um "modelo" da experiência que dispensa, ao máximo, a intervenção estatal.

A globalização neoliberal é a característica mais forte do capitalismo atual: responsável pela reprodução como dominância do capital financeiro no mundo, via quebra de fronteiras, pela inexistência de proteção aos estados nacionais. Quase tudo aquilo que poderia ser universalização – pela convivência de culturas plurais – é dominação pela imposição de costumes e hábitos. A globalização neoliberal é um fenômeno político, cultural, econômico e acentuadamente ideológico, talvez aqui resida sua maior intensidade e força. É verdade que este projeto, assim resumido, foi abalado como na recente crise financeira (2008), no drama chileno exposto agora com toda visibilidade e este projeto é claramente um fracasso como instrumento mínimo de convivência social. A Oxfam publicou recentemente os dados que mostram o aumento da extrema pobreza, da pobreza e da desigualdade social em todo o mundo.

Destaque-se, ainda, duas questões. Em primeiro lugar, a reorganização de produção a nível mundial (escalas impressionantes) via empresas transnacionais eleva enormemente a produtividade e o lucro apoderados pelo patronato; e, em segundo lugar, a ausência de regulamentação permite às empresas uma invasão dos estados nacionais que lhes tira a possibilidade de exercerem, por inteiro, suas políticas econômicas e derivações (políticas sociais, políticas públicas). Torna-se significativa a ideia de muitos analistas políticos de que os países não imperialistas exercem suas políticas se mexendo num estreito fio de navalha.

A dimensão financeira tem um papel extraordinário neste regime de exploração. O lucro sem a produção correspondente parece ter criado um capitalismo suicida ou, melhor, genocida. Quem tem capital não o investe na produção, mas faz aplicações financeiras "espertas" incentivadas pela política econômica indutora do lucro vindo da especulação e não da produção.

#### **b. Degradação Profunda do Meio Ambiente**

A aparição da adolescente sueca Greta que anima protestos em defesa do meio ambiente trouxe movimentos e ânimo para um problema estrutural que não é novo e que se agrava velozmente. Também, claro, entre nós o tema voltou a cena pelos incêndios ocorridos no ano passado em Amazônia brasileira sob o acinte de Bolsonaro et caterva; mas, do ponto de vista, positivo o tema retornou pela iniciativa do Papa Francisco ao patrocinar o Sínodo da Amazônia.

Inúmeros cientistas partem deste ponto para falarem de crise existencial do planeta, isto é, de uma ameaça real em curso do prosseguimento da experiência humana.

Leonardo Boff realça que

A crise climática possui traços de tragédia. Não estamos indo ao encontro dela. Já estamos dentro dela. A Terra já começou a aquecer. A roda começou a girar e não há mais como pará-la. Podemos apenas diminuir sua velocidade, ao minimizar seus efeitos catastróficos e ao adaptar-se a ela. Bilhões e bilhões de dólares devem ser investidos anualmente para estabilizar o clima em torno de 2 a 3 graus Celsius, já que seu aquecimento poderá ficar entre 1,6 a 6 graus, o que poderia configurar uma devastação gigantesca da biodiversidade e o holocausto de milhões de seres humanos.

De todas as formas, mesmo mitigado, este aquecimento vai produzir transtornos significativos no equilíbrio climático da Terra e provocar aos próximos cerca de 150-200 milhões de refugiados climáticos segundo dados fornecidos pelo atual Presidente da Assembleia Geral da ONU, Miguel d'Escoto, em seu discurso inaugural, em meados de outro de 2008. E estes dificilmente aceitarão o veredicto de morte sobre suas vidas. Romperão fronteiras nacionais, desestabilizarão politicamente muitas nações (LEONARDO BOFF In Beozzo Oscar (org), Alternativas à Crise, São Paulo, Ed. Cortez, 2009-p-48).

### **c. Religiões como Terapias Individuais e Potência política do neopentecostalismo**

O ramo evangélico neopentecostal vem crescendo vertiginosamente no Brasil e é sua dimensão espetacular de crescimento político associado às suas pregações que impressiona. Aquilo que já ganhara força como curas, terapias e exorcismos individuais televisionados passa para a esfera política-eleitoral de forma também impressionante no Brasil e no mundo. Assim como Bolsonaro foi levado ao altar também os golpistas da Bolívia fizeram reverências não à Constituição como instrumento máximo da política e sim à Bíblia aliada ao golpismo contra Evo Morales e a comunidade indígena daquela região.

#### d. Exacerbação da propaganda e do marketing: redes sociais e fakenews

As redes sociais deram velocidade e impulso inéditos aos movimentos conservadores que parecem usá-los com maior eficácia para obtenção de seus propósitos. A proliferação de notícias falsas para desestabilizar populações inteiras se transformou numa realidade atordoante para quem quer esclarecer e organizar o povo e, neste exato momento, são os seguidores de Steve Bennon que estão à frente. Recuperar terreno no campo das redes sociais é parte importante de uma luta que necessariamente tem de ocupar mentes, corações, praças e ruas com o povo sofrido.

#### 4. A estratégia americana de longo prazo em curso

Como vimos inicialmente, o mundo bipolar liderado pelo EUA e URSS deixa de existir com a queda do Muro de Berlim. Qual a iniciativa dos vencedores momentâneos deste desfecho que desarmou mentes e corações amantes de um novo mundo sem explorados e sem exploradores? Qual a iniciativa dos EUA?

O professor Maurílio Abdalla recupera o contexto nascedouro da estratégia do imperialismo para o período histórico que se abriu com a derrocada do socialismo real e se prolonga até os dias atuais. Ele nos remete ao documento tornado público com o título de Santa Fé II que é esclarecedor sobre o pensar estratégico de longo prazo dos EUA sobre a América Latina. Diz o professor

“Foi nesse contexto que a CIA realizou, nos anos 1980, as reuniões na cidade de Santa Fé, Novo México, nas quais se elaboravam as estratégias de ação dos governos estadunidenses para a manutenção de seu domínio sobre a América Latina. As conclusões dessas reuniões foram publicadas com o nome de Documentos de Santa Fé”.

As análises estratégicas contidas nesses documentos são extremamente esclarecedoras para a compreensão de como a dominação foi pensada em uma *perspectiva de longo prazo e de um império permanente*. O texto apresenta a proposta de deslocamento do foco de atuação da intervenção estadunidense nos países latino-americanos da esfera eleitoral para a conquista da sociedade civil, por meio da formação de uma subjetividade social adequada aos seus propósitos.

O documento de Santa Fé II, de 1988, oferece-nos uma lição de pensamento estratégico e revela as ações de médio e longo prazos pensadas pelos estratégicas estadunidenses para garantir e perpetuar o domínio sobre a América Latina. Sem conhecer esses movimentos do inimigo, as armas que decidiu utilizar e o contexto da batalha no qual

ele optou por se mover, dificilmente poderemos pensar, também estrategicamente as contra-ações necessárias e os passos para derrota-lo.

Os autores do Documento de Santa Fé II foram o cientista político L. Francis Bouchey, à época presidente do Conselho de Segurança Interamericana (CSI), uma extinta entidade de direita estadunidense surgida da Liga Mundial Anticomunista e que se tornou a principal conselheira e influenciadora dos governos Reagan e George Bush pai; Roger W. Fontaine, escritor e jornalista de direita, especialista em relações internacionais e em estudos sobre América Latina, ex-consultor da CSI e da missão dos EUA na OEA; David C. Jordan, diplomata, professor universitário especialista em estudos sobre a América Latina e ex-embaixador dos EUA no Peru; e o tenente-general Gordon Summer Jr., graduado em ciências políticas, ex-embaixador dos EUA para a América Latina e ex-secretário de estado de Reagan. Ou seja, todos figuras chaves da diplomacia estadunidense.

A intenção declarada dos autores está resumida na conclusão:

*“Os EUA e o sistema interamericano se deparam com tremendos problemas na América Latina... Santa Fé é uma estratégia para o ataque a esses problemas e para a promoção de democracia, liberdade e oportunidade econômica através da região numa tomada de posição, ao invés de uma mera postura de resposta (pag. 28).*

*“...Estatização, gigantismo do aparato burocrático e nacionalização são desaprovadas, enquanto a formação de um mercado de capital nacional, a remoção do controle governamental na economia e a privatização das companhias estatais são encorajadas (p. 29-30).*

*“... O problema subjacente é um problema cultural: a luta sobre a qual é a natureza do melhor regime. A questão, portanto, não são só as formas e processos eleitorais. A atenção dada aos processos eleitorais desvia a atenção de outros requisitos essenciais para a democracia. Há uma tendência dos defensores da democracia, nos EUA, a defender eleições, esquecendo outras questões fundamentais”*

Estes trechos demonstram inequivocamente a estratégia americana atualizada com o mundo pós-89. É evidente que esta estratégia de longo prazo não é um manual de bocado ou uma receita de bolo. Ao contrário é um objetivo de longo prazo que se atualiza com os fatos que vão surgindo e assim se criam fakenews, lawfare, guerras híbridas, think thank e outros instrumentos. Muitos atos e fatos históricos aconteceram da época da divulgação do documento até os dias atuais e parecem confirmar o exercício contundente desta estratégia política estadunidense.



Isto ficará ainda mais claro com a transcrição abaixo do documento de Santa Fé II:

“Os métodos marxistas e os intelectuais marxistas poderiam realizar a mudança de regime dominando a cultura da nação, processo que requereria uma forte influência na religião, nas escolas, nos meios de comunicação de massa, e nas universidades. Para os teóricos marxistas, o método mais eficaz para criar um regime estatista num ambiente democrático era através da conquista da cultura da nação...

É nesse sentido que a Teologia da Libertação deve ser entendida: ela é uma doutrina política disfarçada de crença religiosa, tendo a característica de ser contra o papa e a livre-empresa, com o objetivo de enfraquecer a independência da sociedade frente ao controle do Estado. Assim, vemos que a inovação da doutrina marxista se insere em um fenômeno cultural e religioso de longa duração.

O ataque não é dirigido apenas a um ou dois componentes da cultura. Ele é eficaz porque dirigido a uma frente ampla que procura redefinir o todo da cultura numa nova terminologia; assim como o catolicismo é redefinido pelos teólogos da libertação, a arte é transformada, os livros são reinterpretados, os currículos são retificados. A investida da penetração cultural na América Latina é seguida pelos teóricos marxistas que são educadores em escolas e universidades.

A ascendência da esquerda sobre grande parte dos meios de comunicação de massa na América Latina também deve ser entendida nesse contexto. Nenhuma eleição democrática pode mudar a caminhada contínua na direção do regime estatista se a “indústria de criar consciência” está nas mãos de intelectuais estatistas. Os meios de comunicação de massa, as igrejas e as escolas continuarão a transformar as formas democráticas em estatismo, se os EUA e os recém estabelecidos governos democráticos não encararem isto como luta de regime. *A cultura social e o regime têm de ser moldados para proteger a sociedade democrática* (p.10).”

Bolsonaro tem correspondido plenamente à estratégia e aos interesses americanos. Não há dúvida alguma. A composição de seu ministério abrigará figuras orientada por Olavo de Carvalho (quadro treinado no combate à esquerda) que, do exterior, influenciará todo o governo em especial as áreas da cultura, educação e relações exteriores.

## 5. Conclusão – A reflexão que se impõe e as pistas de ação

Os treze anos de governos petistas não podem ser considerados uma experiência inútil ou fracassada. Não ajudará também considerarmos um manto sagrado abençoado por Lula e por isto seja intocável.

Lula foi preso, Dilma golpeada mais por seus méritos do que pelos limites da experiência a que serviram. Também vale para outros líderes mundiais como Evo Morales ou Rafael Correa. As experiências populares destes e de outros duraram, em média dez anos e entraram em crise. Como vimos acima, temos um adversário/inimigo que tem estratégia de longo prazo. Quando a teremos? Ou continuaremos sendo engolidos pela eterna conjuntura que privilegia a institucionalidade como instância suprema. É preciso repensar nossa estratégia e nossas táticas. O consenso que se formou é a retomada do trabalho de base. Como fazê-lo? Com que pedagogia? Que esquerda devemos construir? Qual o trabalho de formação a ser feito?

Os chilenos desde setembro do ano passado implodiram o governo Pinera e arrastaram conquistas impressionantes: aumento nas aposentadorias, melhorar no sistema de saúde e a conquista de fazer uma nova Constituição. Não é pouca coisa.

Na Espanha assistimos uma inédita composição de esquerda envolvendo o PSOE e o mais à esquerda Podemos. Em Portugal, a Jeringonça que unificou a esquerda ganhou força de prosseguimento.

Estas experiências são pontos de referência para a resposta brasileira que não pode ficar aprisionada entre a explosão de 2013 apropriada pela direita e o curso do autoritarismo do Governo Bolsonaro. Urge que consigamos sintetizar uma resposta que não espera pelas eleições deste ano e nem pelas de 2022, até porque só seremos vitoriosas nestes pleitos se conseguirmos expressar força social a partir de agora!

Assim, podemos pensar na estruturação de um bloco de esquerda no país unificado e capaz de expressão pública permanente; concentrar a luta na defesa de uma reforma tributária solidária e na defesa do patrimônio público e da soberania popular; popularizar a economia (fazendo a população entender o sistema financeiro como principal sugador de nossa riqueza produzida pelo trabalho); avançar na organização dos excluídos (cada vez em parcela maior), alargar a democracia lutando por instrumentos da democracia direta já previsto ou não, abrir-se para novos arranjos políticos (movimentos, sindicatos, partidos reinventados e articulados entre si) criativos capaz de dar vida à revolta contida em nosso povo tão sofrido! Sair da resistência para ações concretas e ousadas de curto, médio e longo prazos!

## TEXTO QUE SE ACRESCENTA RELATIVAMENTE À CONJUNTURA POLÍTICA

### 2020 – Quais os sinais de esperança política em meio a tantos dramas?

Sem fugirmos da dura realidade que se nos impõe necessidades básicas (alimentação, educação, convivência) é preciso sair das constatações. Conhecer e enfrentar. Construir, recuperar ânimos e tecer esperanças ativas. Resistir e propor.

Pandemia e pandemônio – Esta combinação trágica um profascista no comando de um país assolado por uma pandemia que, embora não seja somente em nosso solo, aqui faz estragos maiores pela postura genocida de quem se elegeu presidente.

Eleições – as eleições municipais atípicas de 2020 nos indicaram algumas pistas do comportamento popular, mesmo com todas distorções que a circunstância histórica impõe. Se é fato que a extrema direita (“bolsonarismo raiz”) foi derrotada e os partidos de esquerda tiveram um desempenho um pouco melhor do que 2016, é igualmente verdadeiro que foi a tal direita “moderada” (especialmente o DEM de Rodrigo Maia) quem se saiu melhor no conjunto nacional.

Impeachment – provavelmente não terá havido presidente de República no Brasil que haja acumulado tantos crimes de responsabilidade. No sentido jurídico, no sentido político, no sentido ético-democrático. O consenso amplo de que é preciso detê-lo para conter o assassinato em massa não tem conseguido uma correspondente força política a partir do polo de esquerda. Assim, este parece ser nosso desafio principal: constituir a partir das forças de esquerdas um processo que interrompa tantos crimes perpetrados aos olhos de todos nós. Não viabilizar esta iniciativa é expor o povo brasileiro a mais uma derrota em 2022. Não tentar verdadeiramente o processo de impeachment é um medo que poderá permitir uma construção histórica do autoritarismo simbolizado por um presidente que diz claramente ser a favor da tortura e indiferente à morte dos outros.

Prioridades para a maioria do povo brasileiro – que palavras, gestos, atos e atores nos colocarão em movimento de massa?

Três bandeiras nos saltam a olhos vistos: o prolongamento do auxílio emergencial e a efetivação do mesmo em programa permanente de renda mínima, a conclusão de todo o processo de vacinação e a derrubada democrática de Bolsonaro. Esta pauta mínima tornada popular pode nos coesionar para um processo de unidade das esquerdas que deverão construir, pela base, um programa comum a ser submetido plebiscitariamente ao nosso povo. Os chilenos conquistaram o direito de refundar o seu próprio Estado pela via de uma

nova constituição. Os bolivianos derrotaram eleitoral e politicamente aqueles que tentaram se impor pela força e pela imposição do medo. Os argentinos recuperaram terreno igualmente. É chegada a hora, então, de se construir mais fortemente uma nova experiência brasileira que resgate o experimentado entre 2003 e 2013 e vá além!

Para finalizar, com as palavras de Noam Chomsky:

*“É chegada a hora de construir um tribunal cidadão para investigar o fracasso total de governos como o de Boris Johnson, Donald Trump, Jair Bolsonaro, Narendra Modi e outros na contenção das infecções por covid-19. Um tribunal que recolhesse informações factuais para assegurar que não seja permitido a esses Estados adular a cena do crime; um tribunal que desse ao Tribunal Penal Internacional uma base sólida para fazer uma investigação forense desses crimes contra a humanidade, quando sua própria asfixia política for aliviada. Deveríamos estar todos ultrajados. Mas ultraje não é uma palavra forte o suficiente.”*

Fortaleza, 27 de janeiro de 2021

## **ANEXO 1:**

### **CONTRIBUIÇÕES DAS CORRENTES POLÍTICAS**

#### **O TRABALHO**

Contribuição ao 7º Congresso da CONFETAM/CUT

#### **MAIS DO QUE NUNCA: DEFENDER OS DIREITOS, O SERVIÇO PÚBLICO, AS ESTATAIS, ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E A DEMOCRACIA**

Vamos realizar nosso 7º Congresso da CONFETAM um ano após o programado por conta da pandemia, que assolou o mundo e de forma drástica nosso país, haja vista que são mais de 8 milhões de contaminados e mais de 200 mil mortos pelo COVID 19.

Dessa forma, temos uma conjuntura extremamente difícil para o povo trabalhador: fim do auxílio emergencial, desemprego galopante, privatizações, terceirizações, reforma administrativa, congelamento de salários dos servidores, faltam testes para controlar a pandemia, além a vacina que o governo se nega a comprar e vacinar o povo.

Assim, quando o país mergulha no caos Bolsonaro diz que “não pode fazer nada”, na verdade ele prepara a desordem, nesse sentido, fortalece as Forças Armadas (com orçamento, aumento de salários para cúpulas), aliais se reúne com as polícias militares nos estados, e mais, ameaça à liberdade de imprensa, aliais ataca nossa soberania nacional.

Ele investe contra os sindicatos para facilitar seu trabalho, pois a reforma administrativa não é apenas um ataque aos servidores e empregados públicos, que trabalham em benefício da população, em outras palavras, em um prazo relativamente curto, seria a destruição da presença do estado na saúde, educação, assistência, programas sociais, portanto, sobrariam apenas a justiça, o ministério público e as forças da repressão.

Conforme visto, a principal tarefa de nosso Congresso será discutir as formas e meios para construir uma ampla unidade para a defesa dos serviços públicos, luta que se confunde com a defesa da nação e da democracia, na linha de botar fim ao governo Bolsonaro e ao sofrimento do povo.

Em cada município temos o desafio de chamar o conjunto dos servidores em aliança com a população para fazer essa luta.

## CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

Os desafios colocados diante de nós são imensos, em uma situação marcada por ataques sem precedentes às conquistas e direitos da classe trabalhadora, dessa forma, isso ameaça a própria existência de organizações sindicais como instrumentos da luta de classe contra a exploração do capital.

A pandemia potencializou a crise do capital, o caos já vinha de antes, em meados de 2019 as agências de controle já diziam que seria uma situação pior, como afirma Karl Marx, "o limite do capital é o próprio capital", chega um momento que o capital não avança mais e entra em sua própria contradição, para continuar se desenvolvendo vem a época de guerras e destruições, para depois reconstruir e garantir verbas públicas para o setor privado e retomar a economia. A pandemia foi acaso, ninguém podia prever, mas chegou neste momento de reestruturação do capital. Esses fenômenos se aceleraram, as montadoras já tinham anunciado reestruturações antes da pandemia, Renault, Volks tinha plano de reestruturação e os ataques chegaram aos trabalhadores.

Agora a Ford anuncia o fechamento de suas operações no Brasil se deslocando para Uruguai e Argentina, instalada há mais de 100 anos recebeu subsídios, doações de terrenos, isenção de impostos, mas suas remessas de lucros não cessaram. Ao fechar suas operações, deixa o rastro de desemprego diretos e indiretos. Por isso a necessidade tanto dos governos estaduais da Bahia, Ceará, São Paulo e Bolsonaro de nacionalização, encampar a empresa e salvar os empregos.

A realidade é que diferentes governos de diferentes matizes, aproveitaram para "passar a boiada". Bolsonaro é negacionista, mas temos que ter claro que diversos governos, até Daniel Ortega (Nicarágua), Lopes Obrador (México), também negavam a pandemia, e governos oportunistas como Dória, inspirado no Macron da França onde toda semana tem atos e manifestações, atacam os trabalhadores.

Em todos os cantos do planeta, os direitos trabalhistas, sociais, estão sendo atacados em nome da pandemia, redução de salários, de jornada, isenção para os patrões, no Chile tem mais ajuda para os patrões que para trabalhadores. E ocorrem mobilizações importantes, Black live matter, onde a cúpula da AFL CIO ficou de fora, mas sindicatos de base participaram.

Conforme visto em 2008, a quebradeira provocada pelo sistema financeiro nos Estados Unidos jogou a economia mundial na maior crise desde o crash de 1929. O remédio encontrado - "quantitative easing", a injeção de trilhões de dólares em dinheiro público nos bancos privados - só preparou novas crises com as bolhas financeiras ameaçando estourar a qualquer momento, este fenômeno se aprofunda na atual conjuntura.

O capital financeiro se encontra todos os anos em Davos, na Suíça, para debater a crise e buscar soluções. Mas, os problemas econômicos só se agravam num cenário em que, para preservar sua capacidade de acumulação e suas taxas de lucro, os capitalistas precisam retomar tudo o que foram obrigados a ceder aos trabalhadores nas décadas anteriores, principalmente após a Segunda Guerra Mundial: legislação trabalhista, sistemas de previdência social, sistemas de saúde, educação. Tudo precisa ser privatizado e deixado sob controle do capital.

O que ocasiona uma imensa instabilidade no sistema econômico-financeiro tornou-se internacionalizada, afinal de contas nunca os governos foram tão impotentes diante da voracidade dos trustes internacionais, cujo poder é superior ao poder político dos governos. Segue-se que a lógica do capital monopolizado se impõe sobre a velha democracia burguesa parlamentarista, em crise por toda parte.

Nesse sentido, a CONFETAM deve colocar como centro das tarefas a resistência, defendendo os direitos dos servidores, dos empregados públicos, do serviço público e das estatais e de nossas organizações sindicais, para assim reforçar a luta contra o governo Bolsonaro e seus aliados, inclusive os estrangeiros, como o imperialismo dos EUA ao qual ele se subordina.

### **O povo na América Latina se levanta!**

Temos que saudar a vitória histórica das mulheres argentinas, que garantiram na luta o direito ao aborto, agora é lei. Temos que ter claro, o aborto é uma decisão da mulher, um direito de saúde pública, passar ser um direito e se por questões religiosas, de opinião não seja a favor, isso é de fórum pessoal. Essa vitória espetacular deve ter repercussões em toda América Latina. Mas temos que ter claro que a disputa vai continuar, a Igreja Católica continua se posicionando contra e o Papa Francisco, tido como progressista, defende a posição oficial de ser contra. Para nós o critério é de classe, as mulheres trabalhadoras devem ter direito a decidir.

As eleições nos EUA deixaram suas marcas, Trump já vinha questionando os resultados sem sucesso. E no dia 06 de janeiro as cenas ocorridas são uma expressão brutal da fratura que existe naquele país, Trump perdeu eleição, mas obteve mais votos que Obama, os extremistas da direita incentivados por Trump e seus apoiadores invadem o capitólio na tentativa de impedir o reconhecimento da vitória de Biden. Na verdade, essa reação é uma resposta da extrema direita as grandes manifestações de massa, Black Lives Matter, que foram as ruas contra os assassinatos de negros e foi decisiva para eleger Biden, que não é nenhum progressista, muito pelo contrário. É à direita do Partido Democrata, o povo para se livrar do Trump votou no Biden. A novidade que Trump ao não aceitar os resultados, aumenta a fratura, essa direita vai continuar na rua. Estão divididos. O mundo está numa deriva jamais vista. Temos que olhar para isso, mundo está revirado.

A ofensiva do capital encontra severa resistência.

Na América as mobilizações do povo contra seus governos foram formidáveis, no Chile, o povo se mobilizou contra um aumento de 30 pesos no metrô para logo enfrentar-se com o governo Piñera, que reprimiu duramente as manifestações, decretou toque de recolher, prendeu milhares, mas foi obrigado a recuar do aumento das tarifas. As manifestações passaram a questionar toda a política de privatização que gerou imensas desigualdades sociais: "não é por 30 pesos, é por 30 anos"! O povo continua na rua para se defender num movimento que questiona todo o sistema chileno de "concertação" onde durante anos se aplicou a mesma política, independente de quem estava no governo. E esse movimento levou o povo a aprovar a Constituinte, uma vitória que repercute em toda região. O que coloca a possibilidade do povo chileno de enterrar a constituição de Pinochet, da concertação.

O povo do Equador se levantou contra o pacote de Lenin Moreno de aumento dos combustíveis e derrubou o Decreto, demonstrando a vitalidade da luta dos povos que se enfrentam diretamente às ordens do FMI.

No Peru, o povo foi para rua, em 3 meses foram derrubados 3 presidentes, nas eleições em abril poderá ocorrer também um referendun pela constituinte como no Chile, fruto dessas mobilizações.

Na Bolívia após o golpe contra Evo Morales, o povo retomou através das eleições o governo, o que permitiu demonstrar que a mobilização e a resistência são necessárias para defender o povo.

Essa onda de resistência se integra às mobilizações populares na Europa, em especial na França onde Macron que se apresenta como defensor da ciência ataca duramente os trabalhadores.

A ruptura com o imperialismo, como condição para a construção de nações livres e soberanas, é central e imediata em toda a América Latina. A unidade dos trabalhadores e povos da América Latina contra a ingerência do imperialismo na região interessa aos trabalhadores e à maioria oprimida do povo dos próprios Estados Unidos.

A situação dos trabalhadores nos EUA, maior potência do mundo é de desemprego e trabalho precário.

O nosso país vive um retrocesso total, a crise corrói os partidos políticos tradicionais, o com aumento da rejeição, inclusive na esquerda que repete a política pro capital quando está no governo.

Nas eleições municipais de 2020 tivemos 39% de abstenção, branco, nulo. Este fenômeno atinge até a Venezuela, o PSUV alega que tem 6 milhões de filiados, votaram 5 milhões e 3 milhões no PSUV nas últimas eleições. Situação crítica, reflexo da política que reprivatizou empresas que Chávez nacionalizou.



O que é insubstituível nesta crise, onde partidos de esquerda perdem prestígio, é o sindicato, é a última trincheira, historicamente é a primeira, ela é por conta do local onde os trabalhadores se organizam. O sindicato por mais pelego que seja não tem patrão, é uma organização de classe.

Nos momentos de crise se potencializa o lugar dos sindicatos. Precisamos superar o "fique em casa", pois 2021 vai ser difícil para classe trabalhadora e temos que estar ao lado deles.

Vamos ter que ir para rua para derrubar Bolsonaro e defender a classe.

Toda a situação mundial coloca os sindicatos diante de uma escolha: apoiar-se na resistência aos planos destrutivos do capital e sobreviver como instrumento de luta da classe trabalhadora, ou adaptar-se a eles, associar-se ao capital e destruir a sua própria base de representação, o que equivaleria a um suicídio.

### **Bolsonaro quer destruir a nação e também os sindicatos**

Estamos diante de um governo de extrema-direita, obscurantista, inimigo dos direitos humanos, militarista e opressor. Um candidato a Bonaparte que pretende impor um regime autoritário. Foi o que sobrou para garantir os privilégios da covarde burguesia local - cuja única ambição é ser sócia menor das multinacionais - diante do desabamento dos partidos que defendiam seus interesses com um verniz democrático (PSDB, MDB, DEM etc.). Sobrou para essa classe dominante venal recorrer a um aventureiro pinçado dos porões da ditadura, que manipula os mais baixos instintos presentes numa sociedade de brutal desigualdade e concentração de renda, para "limpar o terreno" ao lucro fácil do agronegócio, mineradoras, industriais, banqueiros e especuladores, às custas do povo trabalhador.

Bolsonaro é desdobramento do golpe contra Dilma, da prisão política de Lula e sua exclusão das eleições presidenciais de 2018, graças à fraude da Lava-Jato e da conivência dos "podres poderes" Judiciário e Legislativo. Processo que criou um Estado de Exceção.

Junto com a CUT, a CONFETAM jogou um papel importante na luta contra o golpe em 2015-16. E isso numa situação difícil, em que, ao mesmo tempo, exigíamos a mudança da política econômica do governo Dilma, entregue à gestão do banqueiro Levy, que minava a sua própria base social e eleitoral.

Já no governo ilegítimo de Temer, participamos da Greve Geral de 28 de abril de 2017 que barrou a contrarreforma da Previdência.

Mas, tudo isso não foi suficiente para impedir a prisão de Lula e depois a eleição de Bolsonaro. Certo, nossos inimigos são poderosos, a grande mídia criou um ódio histérico a tudo o que significa organização independente dos trabalhadores -o que incluiu os sindicatos - como alvo, mas é certo também que na própria base dos nossos sindicatos

havia desencanto com o governo Dilma, o que levou à frieza e até mesmo à adesão de trabalhadores à demagogia bolsonarista.

Bolsonaro assumiu com o mandato, dado pelos capitalistas e especuladores, de fazer a contrarreforma da Previdência. Puxamos uma Greve Geral em 14 de junho com as demais centrais, e se ela não impediu que a maioria reacionária da Câmara aprovasse a reforma também é verdade que Paulo Guedes não conseguiu destruir totalmente a aposentadoria com a capitalização.

## **EM DEFESA DOS DIREITOS E DA NAÇÃO, PELO FIM DO GOVERNO BOLSONARO**

Após 2 anos de governo Bolsonaro, o elemento de fundo é a escalada de Bolsonaro para cima do povo trabalhador, chega ao fim o auxílio emergencial, milhões de desempregados, o fim da ajuda do governo para as suspensões de contrato.

As crises que o governo gera com declarações, "erros", vídeos, mensagens abertas, é o que alimenta o próprio governo para seguir seu plano de golpear a nação.

Apoiado por setores da classe dominante, que também se irritam. Ataque a imprensa se sentindo ameaçado, enfim faz uma política onde vai reafirmando sua posição de "governar por cima das instituições", mesma que essas se coloquem até aqui ao seu lado, o STF acobertando suas ameaças, congresso votando as medidas de ataques ao povo, TST condenando as greves.

Alguns ainda apostam que é possível se apoiar no parlamento, inclusive apoiando Baleia Rossi como enfrentar Bolsonaro, não é nossa opinião. Mas este caminho poderia nos levar a ficar "refém" do parlamento, ao mesmo tempo que eles avançam para aprovar medidas contra o povo.

A pandemia está longe de estar resolvida, mesmo a questão das vacinas, mesmo que tenha não será para todos, a indústria farmacêutica se prepara para lucrar trilhões de dólares com sua venda para vários países, mas não tenhamos ilusão, os países ricos vão comprar e distribuir a sua população, os países pobres ficarão no fim da fila, se fala em 2024.

Em face da dramática situação derivada da crise sanitária devemos fortalecer a Campanha Vacina já e para todas e todos pelo SUS, com testagem em massa e quebra das patentes, mantendo a prioridade da vacinação, incluindo setores essenciais.

O caminho é dar confiança as lutas para que possamos avançar no processo de mobilização e botar fim ao governo Bolsonaro.

**Nosso papel na situação...**

A CONFETAM, deve estar na linha de frente desta batalha, orientando seus sindicatos a se engajar neste combate, chamando nossas categorias a luta, mesmo tendo clareza que muitos votaram no Bolsonaro, mas agora se trata dos direitos e nossos sindicatos têm tudo para assumir esse diálogo com os trabalhadores e também a população dos municípios.

Na pandemia ficou claro a necessidade dos serviços públicos, a relevância do SUS para garantir saúde para todos, mesmo com cortes de verbas (EC 95), congelamento de salários, de direitos, de benefícios, os servidores estão na linha de frente, portanto a necessidade de mais e melhores serviços públicos ganha toda relevância.

Seguir o exemplo da luta dos trabalhadores da COMCAP autarquia de limpeza pública na cidade de Florianópolis, resistência de uma greve de 15 dias na defesa dos direitos trabalhistas, por 100% pública a COMCAP, luta está de mobilização de rua, manifestação pela cidade dialogando com a população e na defesa do sindicato. Pressão no prefeito e vereadores contra a votação da lei que tiveram e tem o apoio MP e justiça para atacar o direito de greve e de organização sindical. A luta continua!

O combate em defesa dos serviços públicos, defesa das conquistas do povo, contra a reforma administrativa de Guedes, alinhada ao fim do governo Bolsonaro.  
O combate pelo fim do governo Bolsonaro deve ganhar as ruas.

O ano letivo de 2021 iniciou, mas os problemas de 2020 em função da pandemia não foram solucionados.

A classe trabalhadora tem pagado um preço alto com a política do Governo Bolsonaro que tem aumentado o número de desempregados, acaba com o auxílio emergencial, deixa milhões de testes vencendo sem utilização e não implementa uma política de imunização para a população. As escolas, mesmo estando fechadas durante o ano de 2020, não tiveram seus problemas estruturais resolvidos. Os equipamentos tecnológicos prometidos não chegaram, os professores que garantiriam o apoio e reforço escolar diferenciado não foram contratados, não foram realizados chamamentos dos concursos públicos. A falta de EPIS e de planos sanitários que garantam condições de retorno seguro não existem nas escolas. A palavra de ordem na educação não foi investimento, mas corte.

Não podemos expor mais vidas nesta pandemia! Seguiremos em construção, com a comunidade escolar e com todos os trabalhadores, na defesa de nossas posições, organizando a luta contra as imposições dos governos (federal, estadual e municipais).

Mas essa não é uma luta local e, nesse sentido, entendemos que é necessário e urgente retomarmos o processo de unificação dos sindicatos e centrais sindicais para resistir a estes ataques.

Defendemos o retorno das aulas presenciais, mas em condições sanitárias seguras, ou seja, quando alcançarmos resultados e indicadores epidemiológicos de controle da pandemia; Testes em massa; Plano Nacional de Imunização com Vacina de acesso público e universal; Normas de biossegurança com garantia de EPIs; Condições estruturais para adaptar as unidades à nova realidade sanitária e finalização das obras até o retorno presencial; Ampliação das equipes de trabalho (chamamento de concurso e contratação de temporários) para garantir a segurança sanitária e a efetivação dos objetivos de aprendizagem segundo plano desenvolvido na avaliação diagnóstica. Todos esses itens precisam ser avaliados de maneira unificada, com garantias concretas para discutir o retorno das atividades presenciais.

Nosso 7º Congresso deve apontar o calendário de mobilizações e defesa dos direitos e dos serviços públicos.

### **Como defender a existência dos sindicatos?**

Hoje, o governo de extrema-direita, inimigo dos sindicatos, fala em “modernizar” a estrutura sindical, acabando com a unicidade, já que a obrigatoriedade do imposto sindical acabou com a contrarreforma trabalhista de Temer.

Em nenhuma hipótese devemos “negociar” uma PEC do governo Bolsonaro de “reforma sindical”, cujo objetivo é limitar as negociações coletivas ao âmbito da empresa, fragmentando as atuais organizações.

Aprofundar o debate sobre o projeto político organizativo da CUT, visando ampliar a representação, tendo como referência a PEC 196/19. Realizar um debate intenso e articulado com toda as nossas entidades; fortalecer e intensificar o trabalho de base e organização nas empresas, contemplando novas formas de contratação e orientando nossas entidades nas negociações sobre teletrabalho que preserve direitos dos trabalhadores.

Em consonância com as discussões realizadas nos congressos da CUT, levantamos propostas sobre a questão da estrutura sindical que, se não resolvem todos os problemas, dão um norte para o seu enfrentamento:

- É preciso que o sindicato busque representar todos os trabalhadores de um ramo ou atividade laboral onde está presente, associando terceirizados, temporários e outros que convivem no mesmo local de trabalho ou setor, sempre com o objetivo de equiparar as condições de trabalho àquela do trabalhador formalizado (carteira), lutando por empregos com direitos assegurados para todos, pois não queremos eternizar o trabalho precário.
- Reforçar nossos princípios originais do sindicalismo cutista de construção de um sindicato com liberdade e autonomia, bancado pelas mensalidades (sindicalização), que

coloca a luta reivindicativa acima do assistencialismo, que promove espaços democráticos de participação da base na sua gestão e que busque enraizar-se no local de trabalho.

- O sindicato não é um fim em si mesmo, mas um instrumento a serviço da luta de classe contra o capital e seus representantes. Um sindicato independente dos patrões e governos, autônomo diante dos partidos políticos e credos religiosos, que associa todo trabalhador seja qual for seu sexo, etnia, nacionalidade, só poderá sobreviver com a adesão consciente e voluntária da base que pretenda representar.

**É necessário lutar pela anulação da condenação de Lula e pelo fim do governo Bolsonaro**

Enquanto queimam as florestas, as estatais e os direitos, fábricas fecham suas portas e as universidades e escolas públicas agonizam, Bolsonaro prepara uma explosão social que ele mesmo organiza ao atacar brutal e frontalmente as reivindicações e direitos do povo trabalhador (congelamento do salário-mínimo, reforma da previdência, destruição dos serviços públicos, desmantelamento de programas sociais, da cultura...). Desde 2016, o ataque à democracia só aumenta, enquanto a situação econômica e social só se degradou para a grande maioria do povo.

A decisão do STF de, finalmente, obedecer à Constituição Federal (Art. 5º, inc. LVII, da Constituição Federal: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória"), com a consequente libertação de Lula é uma vitória parcial, mas, ela não restabelece o Estado de Direito no Brasil.

É por isso que a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional exige que a CONFETAM inscreva em sua ação cotidiana a luta pela anulação do julgamento de Lula e pelo fim do governo Bolsonaro.

Como entidade filiada à CUT relembremos que, no seu 12º Congresso (2015), nossa central apontou a necessidade de uma reforma política profunda nas instituições apodrecidas existentes, o que exige uma Assembleia Constituinte Soberana livremente eleita pelo povo. Devemos manter essa perspectiva, conscientes de que tal saída democrática só será possível com a mobilização das amplas massas populares a partir de suas reivindicações vitais.

## **BALANÇO**

Superar as dificuldades que estamos passando na CONFETAM/CUT, que vai além do momento de pandemia, dos problemas financeiros sofridos pelos ataques as organizações sindicais que a entidade passa e nas dificuldades de desenvolver e organizar as lutas nacionais da classe trabalhadora, nas campanhas salariais unificadas dos servidores municipais, dificuldades que se apresenta quando as federações e os

sindicatos realizarem as lutas e as campanhas, a CONFETAM ser o porta voz das lutas que os sindicatos desenvolve em cada municípios, na defesa do serviço público contra as terceirizações e na defesa dos direitos dos servidores públicos municipais e pela sua ampliação.

Estamos em milhares de municípios realizando as lutas da categoria, somos 823 entidades sindicais defendendo os direitos dos servidores, organizados em 17 federações estaduais que podemos ampliar para defender os serviços públicos e realizar as lutas da classe, sendo ligação entre os sindicatos e a CONFETAM/CUT, se apoiando nas relações políticas construída nesses anos na CUT como Ramo importante que ainda não conseguimos ocupar um lugar de destaque juntos com os outros ramos, com os movimentos sociais e relações internacionais ISP CONATRAM. O desafio está colocado para nova direção, a ser eleita neste 7º congresso.

## **PLANO DE LUTAS**

A luta Contra a Reforma Administrativa, com mobilização de atos de rua, paralização e greve, construir um calendário dos servidores municipais e unificar com os estaduais e federais. Ver calendário das 3 esferas.

Defesa dos serviços públicos, Revogação da EC 95;

Defesa das Estatais, empresas e autarquias públicas;

Não ao desmonte da Petrobras; Não a privatização da Eletrobras do Banco do Brasil e da CEF

COMCAP 100% Pública;

Não a privatização do SFMSP, revogar a lei de privatização do Serviço Funerário de SP;

Revogação da lei complementar federal 173/20;

Revogação da Reforma da Previdência;

Revogação da lei das Organização Social Já! Luta permanente contra as terceirizações no serviço público;

Campanha Nacional Salarial unificada dos municipais;

Justiça fiscal, tributação das grandes fortunas;

Apoiar Medidas de Emergência para o povo!

Vacina Já, para todos e todas pelo SUS; Testagem em massa para controle da pandemia;

Frentes de trabalhos para combater o desemprego, estatizar a Ford para garantir os empregos;

Controle dos preços de alimentos e do gás, para combater a fome;

Retorno as aulas com condições seguranças;

Anulação da condenação de Lula, luta por reformas políticas profundas nas instituições do país, que exige uma Assembleia Constituinte Soberana!

A Luta pelo Fim do Governo Bolsonaro! Fora Bolsonaro!

Campanha pela liberdade aos presos políticos no Chile.

**Assina:**

Vlamir Lima – Direção Executiva da CONFETAM, SINDSEP SP;

João Batista Gomes – Direção Executiva Nacional da CUT, FETAM SP, SINDSEP SP;

Juçara Rosa – Direção Executiva FETRAM SC, SINTRASEM;

Flavia Veiga – Direção Executiva da FETRAM SC, SINSEJ;

Jane Becker – Presidente SINSEJ;

Renê Munaro – Presidente SINTRASEM

Antônio Marcos – Presidente SIMSEP

## **ANEXO 2:**

### **CONTRIBUIÇÕES DAS CORRENTES POLÍTICAS**

#### **ESQUERDA MARXISTA**

##### **ORGANIZAR A LUTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA**

##### **FORA BOLSONARO! POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES SEM PATRÕES NEM GENERAIS!**

#### **1. Sobre a situação internacional**

Enquanto alguns poucos bilionários ficam ainda mais ricos, a maioria está presa na ratoeira entre a pandemia e a pobreza. A classe trabalhadora está começando a flexionar a musculatura preparando-se para batalha que se aproxima. Mas o que aconteceria se toda esperança fosse extinta? Um mundo sem esperança seria realmente um lugar sombrio. Seria impossível viver em um mundo assim. E se tira a esperança das pessoas por um futuro melhor, está se tirando tudo o que resta de sua humanidade e dignidade.

Nos Estados Unidos, principal economia mundial, muitas pessoas agora se encontram em uma situação desesperadora. Tendo repentinamente perdido seus empregos, enfrentam a perda de suas casas. Elas não têm renda e não têm dinheiro suficiente para colocar comida na mesa. No país mais rico do mundo, milhões de famílias estão passando fome. Em uma época em que mais de 40 milhões de americanos estavam pedindo o auxílio desemprego, os bilionários viram sua riqueza aumentar em mais de meio trilhão de dólares. Para essas pessoas, 2020 foi um ano muito feliz. E não há absolutamente nenhuma razão para duvidar que 2021 será ainda mais feliz.

Como já assinalamos, grande parte de sua nova riqueza veio diretamente das generosas doações do erário público. Da enorme quantidade de dinheiro distribuída pelo governo para neutralizar a crise, a maior parte foi direto para os bolsos do 1% mais rico.

Em toda parte do mundo, sob a aparente calma superficial, há um descontentamento fervilhante, que se revela em surtos periódicos de fúria popular contra a velha ordem, suas instituições, seus partidos políticos, seus líderes, sua



moralidade e valores. Esse descontentamento, é verdade, carece de uma expressão política clara. É confuso, incoerente e às vezes pode até assumir um aspecto reacionário. Essa falta de clareza não é surpreendente. É o resultado da fraqueza do fator subjetivo – do fato de que as forças do marxismo genuíno foram jogadas para trás por todo um período histórico, deixando o campo aberto a todos os tipos de reformistas confusos e reformistas de esquerda que, por não terem claras as próprias ideias são organicamente incapazes de fornecer soluções para os problemas candentes enfrentados pelas massas.

As revoltas espontâneas que varreram o país após o assassinato de George Floyd e os eventos sem precedentes subsequentes, que precederam e acompanharam as eleições presidenciais, marcaram uma virada em toda a situação. Aqui, em embrião, temos o esboço de desenvolvimentos revolucionários no futuro.

## **2. Brasil: é preciso mobilização de massas para pôr abaixo o governo Bolsonaro!**

Os resultados do segundo turno das eleições municipais reforçaram o fracasso dos candidatos bolsonaristas, o derretimento do PT nos principais centros urbanos, além de um relativo crescimento eleitoral do PSOL

O fracasso dos candidatos bolsonaristas nas principais cidades culminou com a derrota de Marcelo Crivella, no Rio de Janeiro, no segundo turno. O mau desempenho dos candidatos apoiados pelo presidente revela a própria debilidade política de seu governo. Após quase dois anos de mandato, o demagógico discurso antissistema de Bolsonaro tem caído por terra para a própria base que o elegeu em 2018.

O que existe e persiste como traço geral, entre a classe trabalhadora e a juventude, é um sentimento contra o sistema e contra o governo Bolsonaro. A capitulação dos partidos operários e das direções sindicais, a falta de um partido revolucionário com influência de massas, capaz de canalizar este sentimento em direção à derrubada do capitalismo, é que faz com que este ímpeto da base seja desviado para falsas opções burguesas.

## **3. Em defesa da vida e dos empregos, abaixo o governo Bolsonaro!**

Em 2021 a pandemia bate recordes de mortes, a crise econômica atinge o proletariado em todo o mundo com o aumento da miséria, da fome, do desemprego. No Brasil, a Ford anuncia o fechamento de todas as suas fábricas, o que significará, segundo a empresa, a demissão de 5 mil trabalhadores no Brasil e na Argentina, sem contar os milhares de postos de trabalho indiretos que serão afetados. Mercedes-Benz, Sony, Yoki, também anunciam fechamento de fábricas. Já o Banco do Brasil, preparando o caminho para a privatização, anuncia o fechamento de 361 unidades e um Programa de

Desligamento Extraordinário que tem o objetivo de alcançar 5 mil demissões. O Governo Bolsonaro com o apoio do Congresso Nacional, coloca em pauta a Reforma Administrativa que prevê o fim do serviço público, com a extinção de direitos e o fim das carreiras de servidores públicos. Assim começou 2021 para a classe trabalhadora.

A vacina contra o novo coronavírus, a perspectiva de pôr fim ao horror de tantas mortes evitáveis, esbarra na lentidão para a vacinação massiva da população mundial, mais uma consequência dos entraves do capitalismo. O compartilhamento da tecnologia desenvolvida pelas vacinas mais eficazes, a cooperação, um planejamento unificado e internacional, propiciaria uma imunização muito mais ágil do que a anarquia do livre mercado, que gera gargalos na produção, na distribuição, na produção de seringas e mesmo de pessoal capacitado para aplicação em cada país. Até o dia 31 de janeiro, cerca de 28 milhões de pessoas no mundo teriam recebido ao menos uma dose de vacina, comparando com a população mundial, estimada em 7,8 bilhões de habitantes, isso representa a vacinação de apenas 0,36% da população global.

No Brasil, as declarações negacionistas do governo Bolsonaro buscam encobrir a incompetência total em organizar a vacinação, o que enraivece ainda mais os próprios capitalistas, que apostam na vacina para uma retomada da economia. Enquanto isso, o governador paulista João Doria busca capitalizar politicamente a CoronaVac para a disputa pela presidência em 2022.

Além da difusão de mentiras e da tentativa de colocar a responsabilidade nas pessoas, procurando isentar o governo de quaisquer responsabilidades, Bolsonaro trata o debate sobre a vacina como uma mera questão comercial. Não se preocupa sequer em apresentar um efetivo plano de vacinação e oferece os trabalhadores brasileiros aos laboratórios como um grande "mercado consumidor".

#### 4. Fechamento de fábricas e luta pela estatização

Em 2019, a Ford anunciava o fechamento de sua planta em São Bernardo do Campo. Os militantes da Esquerda Marxista foram às assembleias dos operários explicando para a base o que fez o Movimento das Fábricas Ocupadas, movimento dirigido por nossa organização que ocupou dezenas de fábricas pelo país, mantendo a produção sob controle dos trabalhadores e levando o combate pela estatização das empresas.

Os operários da Ford de São Bernardo tinham todas as condições de travar o mesmo combate, com milhares de trabalhadores na base, no palco de lutas históricas do proletariado brasileiro, um apelo pela solidariedade do conjunto da classe trabalhadora do país teria um grande impacto. Mas a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC,

dirigido pela mesma ala que controla o PT, limitou-se a negociações com a direção da empresa, ineficazes campanhas de boicote de compra dos veículos da Ford, a convocação de alguns atos na cidade e, diante do irreversível fechamento, chegaram a se propor a ajudar a buscar um comprador para a fábrica. A planta de São Bernardo foi fechada e os trabalhadores demitidos. Agora, a Ford anuncia o fechamento das outras três fábricas no país.

O governador da Bahia, Rui Costa, do PT, seguindo a linha dos dirigentes sindicais de São Bernardo, diante do fechamento da planta da Ford em Camaçari, adota como grande medida oferecer a montadoras da China, Japão e Coréia do Sul o investimento no Estado. Para completar, ao jogar a culpa para o governo federal, inclui entre as críticas o atraso da Reforma Tributária, ou seja, a contrarreforma que prevê desonerações para as empresas.

Diante do avanço do fechamento de fábricas, a luta consequente em defesa dos postos de trabalho nada tem a ver com a busca por novos patrões, ou reivindicar melhores condições para o investimento de empresas no país. Só a luta independente da classe trabalhadora pode abrir uma saída.

A reivindicação do Movimento das Fábricas Ocupadas, de estatização das fábricas, foi negada pelo governo Lula, que disse na época que a estatização estava fora do cardápio e reprimiu o movimento. Agora, o ex-deputado federal e ex-presidente do PT, José Genoíno, está propondo para a CUT e os parlamentares petista que apresentem um projeto de lei para nacionalizar a Ford e diz ainda que as fábricas devem ser ocupadas pelos operários para lutar por essa medida. Ou seja, a mesma posição defendida pelo movimento que a Esquerda Marxista dirigiu e que continuamos defendendo como método de luta e bandeira para avançar no combate em defesa dos postos de trabalho.

## **5. O impeachment e a luta para pôr abaixo o governo Bolsonaro**

A postura do Governo Bolsonaro em relação à pandemia, que se soma aos sistemáticos ataques contra os direitos dos trabalhadores e a permanente ameaça de privatização de órgãos e serviços públicos, fez com que ao longo dos últimos meses a palavra de ordem “Fora Bolsonaro” tenha ganhado força, seja nas redes sociais, seja em atos públicos e lutas que foram travadas ao longo de 2020, obrigando toda a “esquerda” a aderir ao “Fora Bolsonaro” mesmo que a contragosto.

O “Fora Bolsonaro”, lançado pela Esquerda Marxista ainda nos primeiros meses do governo, em 2019, foi duramente combatido por todos os setores da esquerda, desde os principais partidos reformistas até os pequenos grupos sectários. Esses setores afirmavam ou que o mandato de Bolsonaro deveria ser respeitado ou que os

trabalhadores ainda não estavam preparados para essa ação. Ou seja, uma parte da esquerda defendia a estabilidade da institucionalidade burguesa e outra se negava a atuar na preparação subjetiva e organizativa dos trabalhadores para a derrubada do governo.

Portanto, a perspectiva que se tem é de fazer de conta que se luta pelo *impeachment* de Bolsonaro, alegando que Maia – e agora Lira – não pauta os pedidos na Câmara e arrastando tudo até as eleições de 2022, onde pretende-se eleger uma candidatura de unidade nacional contra Bolsonaro, preservando o regime e suas instituições, ou seja, sem mobilizar e organizar os trabalhadores para que, tomem as ruas, derrubem a democracia burguesa e construam novas formas de poder. O “Fora Bolsonaro” que a Esquerda Marxista vem defendendo desde o começo do governo coloca como perspectiva estratégica a derrubada do Governo Bolsonaro e a mobilização e organização dos trabalhadores para a construção de um governo sem patrões nem generais.

A disposição de luta contra o governo se expressou nos painelaços, nas carreatas e agora atos de ruas foram convocados para o dia 31 de janeiro. Chamamos a todos para participarem dessas mobilizações. Somente com a luta e organização da classe trabalhadora e da juventude é que vamos pôr abaixo o governo Bolsonaro e construir um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais.

## 6. Organização sindical no Brasil

Acreditamos que para enfrentar os ataques que estão sendo organizados contra a classe trabalhadora é fundamental o fortalecimento da CUT, defendendo a retomada dos princípios de independência frente a patrões e partidos, pois a única central sindical capaz de unificar trabalhadores da cidade e do campo para mobilização e resistência. É dentro dela, ocupando seus espaços, participando de suas instâncias que ajudaremos esta central a se tornar, de fato, ponto de apoio nas nossas lutas, fazendo com que sua direção passe dos discursos à ação, organizando seu exército para o atendimento das reivindicações.

Neste sentido a CONFETAM/CUT joga um papel importante em pressionar a direção da CUT a romper com o tripartismo, que é a expressão da colaboração de classes no movimento sindical, voltar a se construir pela base, com sindicatos livres, combatendo os sindicatos celetistas. Somos contra aqueles que apostam na divisão da classe trabalhadora propondo a desfiliação da Central. Não aceitaremos sob nenhuma hipótese dar um passo atrás na história das conquistas da classe trabalhadora e não

abandonaremos esta luta que só pode ser vitoriosa com a unidade dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações e na luta pelo socialismo!

**Proposta de Plano de Lutas:**

Não pagamento da dívida interna e externa;

Saúde e educação públicas e gratuitas para todos;

Revogação das reformas da Previdência de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro;

Revogação do teto dos gastos públicos e da reforma trabalhista de Temer;

Reestatização de todas as empresas privatizadas, estatização dos bancos e multinacionais;

Defesa das Liberdades Democráticas;

Abaixo a Reforma Administrativa;

Vacina para todos, já!

Por uma greve nacional de professores e profissionais da educação contra a volta às aulas presenciais, até que todos sejam vacinados!

Fora Bolsonaro! Por um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais!